

DE BRASÍLIA

JOSE MARCIO MENDONÇA

Os mistérios de Galvêas e o que vem com o fechamento das urnas



Galvêas revelou parte de seus mistérios: o quadro da crise será mais que sombrio.

no Imposto de Renda, para aumentar a arrecadação do Tesouro. Faltou apenas acrescentar os violentos cortes nos gastos públicos, inclusive nos subsídios à agricultura e a alguns produtos.

Em que pese a defesa que o ministro Murilo Macedo e o próprio presidente Figueiredo fazem da lei salarial, após o 15 de novembro, livre dos "ônus políticos" de qualquer alteração no sistema de reajuste, o ministro Delfim Neto irá implodir um sistema, segundo ele, amplamente inflacionário. Mas não deverá seguir os conselhos de seu antecessor no Ministério do Planejamento. Não é a semestralidade a maior preocupação de Delfim: suas restrições são para os aumentos reais de salário acima da inflação e do crescimento da economia e para o processo realimentador da inflação representado pela projeção da correção monetária dos seis meses anteriores para o futuro.

Grandes mudanças

A nova fórmula em estudo e com maior prestígio nos gabinetes realmente decisivos prevê:

- 1) manutenção dos reajustes semestrais;
- 2) fim do reajuste de 10% acima do INPC para quem ganha até três salários-mínimos;
- 3) correção dos salários não

pelo INPC dos seis meses anteriores ao reajuste, mas por um índice pré-fixado, sempre inferior à inflação estimada para o período. O acerto, no caso do índice haver sido menor que a inflação real, se fará no reajuste seguinte;

4) Deve ser mantido o teto de 20 salários-mínimos para o reajuste obrigatório, ficando o restante para a negociação direta.

As alterações na política de subsídios e no sistema tributário atendem à determinação de promover uma substancial redução no déficit público. Este ano, segundo estimativas do Banco Central, a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta deverá ser de 2,958 trilhões

de cruzeiros, 5,7% do PIB estimado para 1982. A meta de Delfim Neto é reduzir esta diferença para 2,5% do PIB, o que representaria, em termos de cruzeiros de 1982, cortar despesas no valor de Cr\$ 1,661 trilhão.

Parte desta economia será conseguida simplesmente com cortes nas despesas, principalmente das empresas estatais. Nelson Mortada, da Sest, está debruçado sobre esses filhotes do governo e com ordens de cortar tudo, inclusive despesas com custeio, até aqui preservadas para evitar demissão de pessoal. Cálculos preliminares indicam que é possível conseguir um corte de até Cr\$ 750 bilhões nas despesas das estatais, Cr\$ 250 bilhões deles com custeio.

Outra substancial contribuição na política de austeridade deverá ser buscada na política de subsídios e incentivos fiscais. Levantamento do Banco Central indica que dos Cr\$ 2,958 trilhões de déficit previstos para este ano, Cr\$ 2,020 trilhões serão consumidos por subsídios e incentivos. Só com subsídios, sem cobertura do Tesouro, 1982 deverá consumir Cr\$ 1,233 trilhão.

Com o aumento dos juros para o crédito agrícola, aumento nos preços do trigo e do açúcar e a continuidade da política

de reajuste constante dos derivados de petróleo, seguindo de perto a correção cambial, as autoridades econômicas esperam conseguir entre 650 e 700 bilhões de economia.

O restante terá necessariamente de sair de um aumento na arrecadação tributária, entre 250 e 300 bilhões de cruzeiros, mais 5,5 a 6% em relação à cobrança de impostos estimada para este ano. Uma parte pequena deste aumento entrará simplesmente pelo aperfeiçoamento da política arrecadadora e da máquina de fiscalização. O grosso, no entanto, será consequência de alterações na estrutura do sistema. Neste ano, o aumento real da receita poderá chegar a 10% em relação ao ano passado, consequência da criação do Finsocial e do imposto de renda dos bancos.

Um levantamento feito nas áreas oficiais mostra que em dez anos a receita do governo caiu por 2,5%, quando comparada com o PIB. Diagnóstico: falha na estrutura de impostos do País, privilegiando mais os impostos indiretos; como o volume de mercadorias cresce menos que o produto, com o tempo a arrecadação vai caindo. Agora as alterações tentarão corrigir esta distorção, atacando exatamente pelo lado do imposto sobre a renda.

Falta ainda aparecer algum arauto para dar as linhas mestras da política monetária. Mas não é preciso ser nenhuma pitonisa para perceber que por aí também só vem restrição.

Enquanto Galvêas voou para a Alemanha em busca de mais dólares, Delfim volta ao Planalto para continuar a montagem do cenário. Potentes calculadoras trabalham feericamente. Alguém precisa, urgentemente, preocupar-se com a vida de quem vai pagar toda esta conta. Nos Estados Unidos, Reagan conseguiu baixar a inflação de 12,4 para 5,1%. No entanto, nunca houve, desde 1940, tantos desempregados no País: 11 milhões e 300 mil norte-americanos não conseguiram encontrar emprego em setembro e 1 milhão e 600 mil simplesmente desistiram de trabalhar.

O ministro Ernane Galvêas desvendou apenas parte do misterioso (seria mesmo assim tão misterioso?) rumo que o governo pretende dar à economia brasileira a partir de agora, com o ápice em 1983. Sua entrevista na segunda-feira passada, depois de uma conversa com o presidente Figueiredo na Base Aérea de Brasília, traçou o quadro sombrio até agora apenas insinuado, a partir de uma situação externa adversa e da necessidade — segundo as autoridades econômicas — de um drástico ajuste nas contas cambiais através do prolongamento de um processo recessivo já acentuado.

Galvêas, no entanto, passou muito rapidamente sobre o que vai acontecer com outros pontos da política econômica dentro dos projetos de austeridade decretados por Figueiredo e seus assessores. Antes, o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, numa palestra na Escola Superior de Guerra, preparando já o terreno para as notícias divulgadas pelo ministro da Fazenda, arranhou levemente a parte de política econômica interna do pacote oficial ao defender um debate sobre as relações trabalhistas, salários, previdência social e sobre os mecanismos de controle da ação do Estado. O próprio Langoni avançou um pouco mais em entrevista à revista Veja na semana passada, incluindo também a reforma tributária entre os temas de debate obrigatório no próximo ano.

Mas ficou por conta do ex-ministro Mário Henrique Simonsen (Adivinho? Bem informado? Seguidor da mesma escola?) descobrir a outra parte das mudanças na política econômica oficial. Há um interesse do governo em manter obscura esta face de seu projeto, tentando evitar que o lado impopular das medidas prejudique o PDS nas eleições de novembro. Simonsen, entretanto, aparecendo apenas como mais um a dar sugestões, expôs o que o governo tem preparado para depois do fechamento das urnas: alterações na política salarial e mudanças na política tributária, de preferência